

Mulheres em luta pelo direito à comunicação

Carta aberta por um novo marco regulatório para as comunicações no Brasil

As organizações do movimento feminista há tempos discutem a necessidade de mudanças no sistema midiático em nosso país de forma a garantir a liberdade de expressão e o direito à comunicação de todos e todas, e não apenas daqueles que detêm o poder político ou econômico e a propriedade dos meios de comunicação em massa.

Historicamente, combatemos a mercantilização de nossos corpos e a invisibilidade seletiva de nossa diversidade e pluralidade e também de nossas lutas. Denunciamos a explícita coisificação da mulher na publicidade e seu impacto sobre as novas gerações, alertando para o poder que esse tipo de propaganda estereotipada e discriminatória exerce sobre a construção do imaginário de garotas e garotos. Defendemos uma imagem da mulher na mídia que, em vez de reproduzir e legitimar estereótipos e de exaltar os valores da sociedade de consumo, combata o preconceito e as desigualdades de gênero e raça tão presentes na sociedade.

No momento em que o governo federal, o Parlamento e a sociedade brasileira discutem a elaboração de um novo marco regulatório para as comunicações em nosso país, nós, mulheres, trazemos a público nossas reivindicações, somando nossos esforços ao de todos os movimentos que acreditam na urgência de uma mídia efetivamente plural e democrática para a consolidação da democracia brasileira.

Afirmamos a importância da adoção de medidas de regulação democrática pelo Estado sobre a estrutura do sistema de comunicações, a propriedade dos meios e os conteúdos veiculados, de forma que estes observem estritamente os princípios constitucionais do respeito aos direitos humanos e à diversidade de gênero, étnico-racial e de orientação sexual. Já passou da hora de o Brasil respeitar os acordos e tratados internacionais que ratificou sobre este tema e de colocar em pleno vigor sua própria Constituição Federal, cujo capítulo da Comunicação Social é, até hoje, vergonhosamente, o menos regulamentado.

Neste sentido, reivindicamos a criação do Conselho Nacional de Comunicação, uma das resoluções centrais da I Conferência de Comunicação, até hoje não tirada do papel. Defendemos ainda a instituição de mecanismos de controle de propriedade, com o estabelecimento de limites à propriedade cruzada dos meios; o fortalecimento do sistema público e das mídias comunitárias; transparência e procedimentos democráticos no processo de concessão das outorgas de rádio e televisão, com o fim das concessões para políticos; o estímulo à produção regional e independente, garantindo espaço para a expressão da diversidade de gênero, étnico-racial e de orientação sexual; mecanismos de proteção à infância e adolescência, como o fim da publicidade dirigida à criança; e procedimentos de responsabilização das concessionárias de radiodifusão pela violação de direitos humanos na mídia, entre outros.

Num cenário de digitalização e convergência tecnológica, entendemos que o marco regulatório deve responder às demandas colocadas em pauta e promover uma reorganização do conjunto dos serviços de comunicações. Trata-se de um processo que não pode ser conduzido de forma apartada das diversas definições que já vem sendo tomadas pelo governo federal neste campo, como os recentes acordos anunciados com as empresas de telefonia em torno do Plano Nacional de Banda Larga.

As organizações do movimento feminista se somam à *Campanha Banda Larga é um Direito Seu!* e repudiam não apenas o recuo do governo em fortalecer a Telebrás e dar à empresa pública o papel de gestora do PNBL como a total entrega ao mercado da tarefa de ofertar à população aquilo que deveria ser tratado como um direito: o acesso a uma internet de qualidade, para todos e todas. Para as mulheres, a banda larga é uma ferramenta essencial de inclusão social, acesso à saúde e educação, geração de emprego e renda, acesso à informação e exercício da liberdade de expressão. Um serviço que deveria, portanto, ser prestado sob regime público.

Por isso, e porque queremos um novo marco regulatório para as comunicações, nós iremos às ruas. Trabalharemos em 2011 para sensibilizar, formar e mobilizar mulheres em todo o país. Defenderemos esta pauta na III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres; no processo da Reforma Política; nas marchas que faremos a Brasília; junto à Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular; em nosso diálogo com o governo federal e com a Presidenta Dilma.

Esta é uma luta estratégica para as mulheres e fundamental para a democracia brasileira. Dela não ficaremos fora.

Brasil, julho de 2011.

1. Instituto Patrícia Galvão – Mídia e Direitos
2. Geledés – Instituto da Mulher Negra
3. Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social
4. Escola de Comunicação da UFRJ
5. CFP - Conselho Federal de Psicologia
6. FNDC - Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação
7. Rede de Mulheres da AMARC-BRASIL
8. Associação Cultural Ilê Mulher - Porto Alegre/RS
9. Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
10. SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia
11. Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul
12. Idec - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
13. Instituto Flores de Dan
14. Articulação Mulher & Mídia Bahia
15. Liga Brasileira de Lésbicas
16. Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras
17. Coletivo Soylocoporti
18. Conajira - Comissão Nacional de Jornalistas pela Igualdade Racial
19. Laboratório de Políticas de Comunicação (LaPCom) da Universidade de Brasília (UnB)

20. Comunicação e Cultura – Fortaleza/CE
21. Fórum Paraibano de Promoção da Igualdade Racial
22. TV Comunitária de Brasília
23. ABCCOM - Associação Brasileira de Canais Comunitários
24. Centro de Referência da Cultura Negra de Venda Nova
25. Fórum Estadual de Mulheres Negras de Minas Gerais
26. Rede Nacional da Promoção e Saúde das Lésbicas Negras - Rede Sapatà
27. Associação Multiplicadoras de Cidadania Flôr de Lótus de Nova Friburgo/AMB
28. Acmun - Associação Cultural de Mulheres Negras
29. Associação de Mulheres da Zona Leste (SP)
30. Programa de Pós-Graduação da Eco-UFRJ - Grupo de Pesquisa em Política e Economia da Informação e da Comunicação (PEIC)
31. Comunicação Mulher – Comulher
32. Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras - RS
33. Umar - União de Mulheres Alternativa e Resposta/ Observatório das Representações de Género dos Media
34. Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé
35. Associação Fala Negão/Fala Mulher
36. Instituto AMMA Psique e Negritude
37. Teatral Grupo de Risco - Mato Grosso do Sul
38. Instituto Búzios
39. Observatório da Mídia Regional: direitos humanos, políticas e sistemas
40. Mandato da Deputada Estadual Neusa Cadore – PT - Bahia
41. União Brasileira de Mulheres – UBM
42. Rede de Mulheres em Comunicação
43. Observatório da Mulher
44. Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Ceará (Sindjorce)
45. Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC-CE)
46. Comitê pela Democratização do Ceará
47. Articulação de Mulheres Brasileiras
48. Coletivo Leila Diniz (RN)
49. Associação Mulheres na Comunicação - Goiânia
50. Associação Cultural e Recreativa Anjo Azul
51. Movimento D´Ellas
52. Articulação Brasileira de Lésbicas
53. Ciranda Internacional da Comunicação
54. Articulação Mulher e Mídia de SP
55. Fórum de Comunicação Sertão do São Francisco – Bahia
56. Movimento Negro Unificado-PE
57. Sociedade das Jovens Negras Feministas
58. Bamidelê - Organização de Mulheres Negras na Paraíba
59. Instituto Raízes da Terra - ES
60. Cipó - Comunicação Interativa da Bahia
61. Bem Mulher - Direitos e Diversidades
62. ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
63. Article 19 - Oficina para Sudamerica
64. Assesoar - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - Francisco Beltrão/PR
65. Instituto Telecom RJ
66. IMEL - Instituto Imersão Latina
67. Via TV Mulher
68. Grupo Cactos (Paulista/PE)

69. Anas do Brasil - Educação Popular Ampliada - Gênero na Reforma Urbana e Direitos Humanos
70. Movimento Permanente de Mulheres de Políticas Públicas da Baixada Fluminense e Território Nacional
71. Imena – Instituto de Mulheres Negras do Amapá
72. Rede de Mulheres em Articulação na Paraíba
73. Católicas pelo Direito de Decidir
74. Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras - Porto Alegre/RS
75. Casa Laudelina de Campos Mello - Organização da Mulher Negra. Campinas/SP
76. Criola Organização de Mulheres Negras- Rio de Janeiro/RJ
77. Fórum Nacional de Mulheres Negras
78. Rede Mulheres Negras – PR
79. Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará-CEDENPA
80. Projeto Promotoras Legais Populares de Taubaté-SP
81. Elas por Elas - Vozes e Ações das Mulheres-S.Paulo
82. Pastoral Afrobrasileira do Litoral Norte de Ubatuba-SP
83. CONEN - Coordenação Nacional de Entidades Negras
84. CCLF - Centro de Cultura Luiz Freire (PE)
85. Grupo Curumim (PE)
86. Centro de Comunicação e Cultura Popular Olho da Rua
87. Coletivo de Mulheres Aqualtune – ES
88. Fórum de Mulheres do Espírito Santo
89. Confederação das Mulheres do Brasil
90. Prevenção Madalena's / Suíça - Brasil
91. Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais- BPW Brasil – MT
92. Federação Democrática Internacional de Mulheres
93. Colmeias - Coletivo de Mulheres, Educação, Intervenção e Ação Social - Campina Grande (PB)
94. Articulação de Mulheres do Amapá – AMA
95. Coletivo de Mulheres da CUT – Amapá
96. União Alternativa Cultural – UNIAC
97. Observatório Negro – Recife/PE
98. Movimento das Mulheres Trabalhadoras Urbanas de São Miguel Oeste SC- MMTU
99. ARCCA - Associação para Inclusão à Comunicação, Cultura e Arte
100. Fopecom - Fórum Pernambucano de Comunicação
101. Observatório Negro
102. Grupo de Mulheres Negras Malunga (Goiânia/GO)
103. FRENATEC - Frente Nacional pela Valorização das TVs do Campo Público
104. Fórum de Mulheres de Pernambuco
105. Grupo de Teatro Loucas de Pedra Lilás
106. Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 4ª Região
107. ALCC- Associação de Apoio ao Imigrante em Portugal
108. MAMA – Movimento das Mulheres do Amazonas
109. GT Mulheres do Fórum da Amazônia Oriental
110. Fórum de Mulheres de São Leopoldo
111. Uiala Mukaji Sociedade das Mulheres Negras de Pernambuco
112. Rede das Mulheres de Terreiro de Pernambuco
113. Marcha Mundial das Mulheres
114. ABCIBER - Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura